

## Referências Bibliográficas

ALVARENGA, A R; Dimenstein, M. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v.10, n.20, p.299-316, jul/dez 2006.

AMARANTE,P Loucura, Cultura e Subjetividade conceitos e estratégia, percursos e atores da Reforma Psiquiátrica Brasileira.

\_\_\_\_\_. O Homem e a serpente. Outras histórias pra a loucura e a psiquiatria. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

\_\_\_\_\_ (org) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro, Panorama/ ENSP, 1995.

\_\_\_\_\_ Clínica e a Reforma Psiquiátrica. In Amarante, P. (org). Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003, pp.45-66.

\_\_\_\_\_. Uma Aventura no Manicômio: A Trajetória de Franco Basaglia. In: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, I (1): 61 –77, jul.-oct. 1994.

\_\_\_\_\_. Bases conceituais e históricas do campo da saúde: In Saúde Mental, políticas e instituições: programa de educação à distância. Rio de Janeiro - FIOTEC/FIOCRUZ, EAD FIOCRUZ, 2003<sup>a</sup>.

\_\_\_\_\_ & TORRE, E.H.G.A constituição de novas práticas no campo da Atenção psicossocial: Análise de dois projetos pioneiros na Reforma Psiquiátrica no Brasil Saúde em debate, Rio de Janeiro, v.25, n.58, p. 26-34, maio/ago.2001

ALVES, D. S. N. et al., Elementos para uma análise da assistência em saúde mental no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 41, n 8, p. 423-426, 1992.

BAPTISTA, L. A. A reforma psiquiátrica e o cotidiano nos serviços residenciais: a formação dos profissionais da saúde mental em questão. In JACÓ-VILELA, A M, CEREZZO, A.C; RODRIGUES, H.B.B(orgs) *Clio-Psyquê paradigmas: historiografias, psicologia, subjetividades*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2003 p 225-234.

BARROS, D.D Jardins de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste, São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1994.

\_\_\_\_\_. A desinstitucionalização italiana: a experiência de Trieste, 1990B. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Y50

BASAGLIA, F. Escritos selecionados em saúde mental e reforma psiquiátrica. Amarante, P (org). Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BELLINI, M. I B et alli A qualificação e a contribuição do processo de trabalho dos Assistentes Socais no campo da Saúde Mental: In **Revista Virtual Textos&Contextos**, nº02, dez, 2003.

BERCHERIE, P. Os fundamentos da clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

BEZERRA. Jr, Benilton Desafios da reforma psiquiátrica no Brasil In: *Revista de Saúde Coletiva*, vol 17, nº02, RJ. 2007

\_\_\_\_\_ (org) *Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica*. Ed Relumé & Rumará, Rio de Janeiro, 1992

BICHAFF, R. O trabalho nos centros de atenção psicossociais: uma reflexão crítica das práticas e suas contribuições para a consolidação da reforma

psiquiátrica. São Paulo, 2006, 217 p. Dissertação (mestrado. Escola de enfermagem, Universidade de São Paulo.

BIRMAN, J. A psiquiátrica como discurso da moralidade, Graal, Rio de Janeiro, 1978.

BIRMAN, Joel & COSTA, Jurandir. “Organizações de instituições para uma psiquiatria comunitária” In: AMARANTE, Paulo (org). **Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz 2ª edição, 2002.

BISNETO, J. A Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_ Uma análise da prática do Serviço Social em Saúde Mental in: Revista Serviço Social e Sociedade, n.85, julho, São Paulo. Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_ Uma análise da prática do Serviço Social em Saúde Mental: In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 82** Ano XXVI julho/2005 São Paulo: Cortez.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil**: Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas, Brasília, 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Legislação em Saúde Mental: 1999-2004. Brasília: 2004

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde Mental em Dados 04, Brasília, 2007.

BRASIL, BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde Mental em Dados 05, Brasília, 2008.

BRAVO M. I. S & Matos M. C *Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate* In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, Cortez, São Paulo, 2006.

CARVALHO. J.M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2006.

CAVALCANTI, M. T. *Moradia, Lazer e Trabalho: clínica e cidadania - In: Cadernos IPUB nº 14 Práticas ampliadas em saúde mental: desafios e construções do cotidiano* – Instituto de Psiquiátrica – UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_ *A psiquiatria e o social: elementos para uma discussão: In: Cadernos IPUB nº 3*, Instituto de Psiquiátrica – UFRJ, 1996.

CAPONI, S *Michel Foucault e a persistência do Psiquiátrico* In: **Revista Ciência & Saúde Coletiva da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva**.

CERQUEIRA, Luiz. *Por uma psiquiatria social*. Rio de Janeiro: IPUB-UFRJ, 1968.

CONFERÊNCIA REGIONAL DE REFORMA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL: 15 anos depois de Caracas – Ministério da Saúde.

CORRÊA, D. *A Clube da Esquina: um programa de lazer assistido*. In **Cadernos IPUB nº 14 Práticas ampliadas em saúde mental: desafios e construções do cotidiano** – Instituto de Psiquiátrica – UFRJ, 1999.

GRESS/RJ. *Assistente Social: ética e direitos: coletânea de leis e resoluções*, Rio de Janeiro, 2001.

DELGADO, P. G. *A psiquiatria no território: construindo uma rede de atenção psicossocial: In Saúde em Foco: saúde mental a ética do cuidar*. Ano VI, nº 16

novembro de 1997. Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ Perspectivas da Psiquiatria Pós-asilar no Brasil. In: TUNDIS, A S;Costa, N. do R. Cidadania e Loucura: políticas de Saúde mental no Brasil. 4º Ed. Petrópolis, Vozes, Abrasco, 1994.

DESVIAT, M. A Reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,1999.

DIAS, M.T.Guterres – Tese de Doutorado : A Reforma Psiquiátrica Brasileira e os Direitos dos Portadores de Transtornos Mental: Uma Análise a partir do Serviço Residencial Terapêutico Morada de São Pedro – PUCRS – Porto Alegre- Março 2007.

\_\_\_\_\_ Os direitos dos portadores de sofrimento psíquicos no contexto do neoliberalismo In: **Revista Virtual Textos&Contextos**, nº03, dez, 2004.

DIMENSTEIN. M A reorientação da atenção em saúde mental: sobre a qualidade e humanização da assistência.In: Psicologia Científica Volume 24, nº04, dez. 2004.

DRAIBE, S. M. “O Welfare State no Brasil: características e perspectivas”. Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1989.

DUARTE, M.J. de Oliveira Os Cuidados e o Cotidiano do Cuidado em um Serviço de Saúde Menta: in **Revista em Pauta**: Faculdade de Serviço Social da UERJ nº 14, 1999.

DURIGUETTO, M. L Descentralização, política pública e participação popular in: **Anais do II Seminário Nacional de Movimentos Sociais, participação e democracia, UFSC, Florianópolis, Brasil, 2007.**

ELSEN, Ingrid. O viver em Família e sua interface com a saúde e a doença. Ed. Estado Maringá, 2002.

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Textos de Apoio Saúde Mental. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

FALEIROS, E.T.S Serviço Social e Saúde mental In: **Revista Inscrita- CFESS**.

FERREIRA, G. As instâncias sócias na prática psiquiátrica: uma questão ética In: **Cadernos IPUB nº 14 Práticas ampliadas em saúde mental: desafios e construções do cotidiano** – Instituto de Psiquiátrica – UFRJ, 1999.

FILHO, N.G.V; NÓBREGA, M. S A Atenção psicossocial em saúde mental: contribuição teórica para o trabalho terapêutico em rede social **Estudos de psicologia** Vol. 9, n.2 Natal Maio/Ago. 2004.

FOUCAULT, Michel História da loucura 5ª edição, São Paulo, Perspectiva 1997.

FIGUEIREDO, Ana Elisa Bastos Dissertação de mestrado “Saúde Mental Instituições Psiquiátricas e Serviço Social: o discurso instituído e a prática profissional Dissertação (Mestrado) – PUC/RJ, 1992”.

GONÇALVES, I. Integralidade e saúde mental. Editora Mineli 2008.

GONÇALVEZ, Lúcia. M.S.R. Saúde Mental e trabalho social. São Paulo. Cortez, 1985.

GOMES, T.M.S. “De cidadão e louco... o debate sobre a cidadania do louco a partir do caso do centro de atenção psicossocial” (Mestrado), Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 2006.

GOOFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. 3. ed, São Paulo: Perspectiva, 1990.

\_\_\_\_\_ Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada Ed LTC, 1988.

HEIDRICH, A. V. Reforma Psiquiátrica à Brasileira: análises sob a perspectiva da desinstitucionalização - (tese de doutorado) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HIRDES, A Autonomia e cidadania na reabilitação psicossocial: uma reflexão In: **Revista Ciência & Saúde Coletiva para a sociedade** – ABRASCO 0663/2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social na Contemporaneidade. Ed. Cortez São Paulo 1998.

\_\_\_\_\_ O trabalho do Assistente Social frente às mudanças do padrão acumulação e de regulação social In: **Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social** Brasília: CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_ Serviço Social em Tempo de Capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social São Paulo: Cortez 2007.

\_\_\_\_\_ As dimensões Ético-Políticas e Teórico- Metodológicas no Serviço Social contemporâneo: In Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional, MOTA (et.al), orgs, 2ª ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério de Saúde, 2007.

JUNQUEIRA, L. A P Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. Revista de administração Pública, v. 34, n.esp, p. 35-45, 2000.

LEVCOVITZ. E. et al Política de Saúde nos anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas. In: Ciência & Saúde Coletiva 6 (2) 269-291, 2001.

LUCCHESI, P. T. R Equidade na gestão descentralizada do SUS: desafios para redução de desigualdades sociais. In: Revista Ciência & Saúde Coletiva 8 (2) p. 439-448, 2003.

LUZ, M. T. notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “Transição Democrática” – anos 80. Saúde em Debate. Londrina, v.9, n.18, 2005.

MACHADO, G.S. “A singularidade e a pluralidade do Serviço Social no processo de trabalho em saúde mental” (Mestrado). UFRJ Rio de Janeiro: 2007.

MACHADO, L.D; LAVRADOR, M.C.C. Loucura e subjetividade. In: MACHADO, L.D; LAVRADOR, M.C.C; BARROS, M.E.B (Orgs). **Texturas da psicologia: subjetividade e política no contemporâneo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. p. 45-58.

MATOS, Maurílio Castro de. O debate do Serviço Social na Saúde nos anos 90. In Revista Social e Sociedade nº 74, Ano XXIV, São Paulo, Cortez, 2003.

MEDEIROS, S.M;& GUIMARÃES, J Cidadania e Saúde Mental no Brasil: contribuição ao debate In: **Ciência & Saúde coletiva**, 7(3):571-579,2002.

MENDES, S. M. O “Saúde Mental e trabalho: transversalidade das políticas e o caso de Juiz de Fora” (MESTRADO) UFJF, FSS 2007.

\_\_\_\_\_ Um Estudo sobre a Assistência do CAPS Casa Viva de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Curso de Especialização em Saúde Mental da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP-MG), 2000.

MELMAN, J. Família e doença mental: repensando a relação entre profissional de saúde e familiares. São Paulo, Escrituras, 2001.

MIELKE, F. B O cuidado em saúde mental no CAPS no entendimento dos profissionais. In: **Ciência & Saúde coletiva para sociedade – ABRASCO 0459/2007**.

MONTAÑO. C In: [www.uerj.br/arq\\_comuns/contraponto\\_20071.p](http://www.uerj.br/arq_comuns/contraponto_20071.p)

MOTA. A. E [Et al.] (org)) Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. 2. Ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

NETTO, J.P. Transformações societárias e Serviço Social no Brasil: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: **Revista Serviço Social & Sociedade n° 50**, Ano XVII, Abril São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_ A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social – Crise contemporânea, questão social e serviço social Módulo. 01 CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

\_\_\_\_\_ A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional, MOTA (et.al), orgs, 2ª ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério de Saúde, 2007.

\_\_\_\_\_ Ditadura e Serviço Social - Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3 ed. São Paulo, Cortez, 1996.

NICÁCIO, E. In Serviço Social e Subjetividade in: Revista Praia Vermelha Política Social e Serviço Social: elementos históricos e debate atual – UFRJ segundo semestre de 2005.

NOGUEIRA, V.M.R & MIOTO, R.C.T Desafios atuais do Sistema Único de Saúde – SUS e as exigências para os Assistentes sociais in: Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. Cortez, São Paulo, 2006.

OLIVAR, M.S.P & Vidal, D.L. C O trabalho dos assistentes sociais nos hospitais de emergência: notas para o debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade n° 92, Ano XXVII, novembro, Cortez, São Paulo, 2007.

PESSOTTI, Isaias. O Século dos manicômios. São Paulo: editora 34,1996.

PAULA, k. A et al- Intersetorialidade: uma vivência prática ou um desafio a ser conquistado? Interface – Comunic, Saúde, Educação v.08, n 15, p 331-48, mar/ago 2004.

PINTO, C. “Empowerment: uma prática de Serviço Social” In: Política Social – 1998, ISCSP, pp.247-264. 1998.

POLETTI, P. C Intersetorialidade e a clínica em saúde mental: construindo e ampliando redes para a inclusão. UNICAMP, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2008.

RIBEIRO, M. S et al. Reforma Psiquiátrica e atenção primária à saúde: o processo de implantação do sistema municipal.

RODRIGUES, Mavi. Serviço Social e reforma psiquiátrica em tempos pós-modernos. In **Revista Praia Vermelha 06**, Escola de Serviço Social da UFRJ, 2002.

ROSA, Lúcia. Transtorno mental e o cuidado na família, Ed.Cortez, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Os saberes construídos sobre a família na área da Saúde mental. In **Revista Social e Sociedade n° 71**, Ano XXI, São Paulo, Cortez, 2001.

SADER. E (Org). Pós-neoliberalismo: as Políticas Sociais e o Estado Democrático, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995.

SANT’ANA, Raquel Santos, O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. In Revista Social e Sociedade n° 62, Ano XXI, São Paulo, Cortez 2000.

SANTOS, M. S. O Espaço do Cidadão – 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1996.

SANTOS, W.G. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SAWAIA, B. B. O ofício da Psicologia social à luz da idéia reguladora de Sujeito: da eficácia da ação à estética da existência, in: Zanalte, A et al (orgs) Psicologia e práticas sociais. Porto Alegre ABRAPSOSUL, 1997, pp 78-91.

SERRA, R. Crise da Materialidade no Serviço Social repercussões no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA. M.B.B Responsabilidade e Reforma Psiquiátrica Brasileira: sobre a relação entre saberes e políticas no campo da saúde mental In **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, ano VIII, n02, jun/2005.

SOUZA. P.C. Z Trabalho e transtorno mentais graves: breve histórico e questões contemporâneas. In: Psicologia: ciência e profissão, v 26. n.01 Brasília março de 2006.

SOARES, A.O.S “Serviço Social e saúde mental: a formação de uma prática ou uma prática em formação?”. (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro: 2006

VIANNA, M. L. W Em torno do conceito de políticas sociais notas introdutórias. Rio de Janeiro. 2002. Disponível em <http://www.gov.br/downloads/ec43ea4f/ArtigoCoppead.pdf> (acesso em 29 de abril de 2009)

VALENTE, M.L.C “Psychiatric social work” – da higiene mental à psicanálise. Rio de Janeiro, Depto. Serviço Social PUC-Rio, 1993. Dissertação de Mestrado.

TEIXEIRA, S.F. Cidadania, Direitos Sociais e Estado. Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde.

\_\_\_\_\_. Reflexões Teóricas sobre Democracia e Reforma Sanitária. In: Teixeira, Sonia Fleury (Org). Reforma Sanitária: em busca de uma teoria. São Paulo: Cortez, 1989.

TENÓRIO, F Questões para uma atualização da agenda da reforma psiquiátrica (extrato) – Extrato do texto enviado para publicação no NUPPSAM, setembro de 2007.

\_\_\_\_\_. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos – UFRJ, (IPUB- UFRJ) outubro de 1999.

TORRES, Eduardo; AMARANTE, Paulo. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. In Ciências e Saúde Coletiva, Ed Fiocruz, Rio de Janeiro, 2001.

TSU, Tânia. A internação psiquiátrica e o drama das famílias. Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

TUNDIS, S. A; COSTA, N.R Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

VASCONCELOS. E. M (ORG). Reinventando a vida: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental, 2005, Rio de Janeiro, EncantArte.

\_\_\_\_\_. O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias. 2003, São Paulo, Paulus.

\_\_\_\_\_(ORG) Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. 2002, São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_. Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da Reforma Psiquiátrica In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 11(3): 491-494, jul/set, 1995.

\_\_\_\_\_. Do hospício a Comunidade, SEGRAC, Belo Horizonte, 1992.

\_\_\_\_\_. Subjetividade, revolucionária e militância social: polêmicas históricas, desafios teóricos e suas implicações atuais. Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social da UFRJ, texto provisório de discussão interna, Projeto Transversões, 2006. Seção 1.

\_\_\_\_\_.Saúde Mental e Serviço Social: desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade, Cortez, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_ Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar. Ed. Vozes, Petrópolis, 2004.

\_\_\_\_\_ & MORGADO, R – subsídios críticos para a compreensão e prática da assistência social no Brasil: elementos analíticos e metodológicos para a atuação em assistência social à família, no Sistema único de Assistência Social (SUAS) e no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF/SAS/RJ). Rio de Janeiro, Secretaria de Estado e Ação Social, 1995.

\_\_\_\_\_ Reflexões sobre a atual conjuntura no campo da saúde mental. Texto em discussão interna, Rio de Janeiro, Projeto Transversões, Escola de Serviço Social, UFRJ, 2009.

VIZEU, F. A instituição psiquiátrica moderna sob a perspectiva organizacional, In: **História, ciências, saúde Manguinhos**, v.12, n.1, p.33-49, jan-abr. 2005.

YASBEK, M. C et al O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa dos direitos in: *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 95, ANO XXIX, Cortez, São Paulo, 2008.

## APÊNDICE I

### ROTEIRO DO FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA

#### **1. Identificação:**

- 1.1. Sigla do nome:
- 1.2. Vínculo de trabalho:

#### **2. Formação:**

- 2.1. Qual a universidade em que você se formou e ano?
- 2.2. Tem outra formação ou especialização?
- 2.3. Quais são os recursos teóricos que você utiliza para intervenção em saúde mental?
- 2.4. De que forma o conhecimento adquirido na sua formação lhe auxilia nas abordagens em saúde mental e com relação à equipe?
- 2.5. O que você acha que seria importante conter na sua formação para o trabalho no campo da saúde mental?

#### **3. Relações de Trabalho**

- 3.1. Como foi a sua inserção no campo da saúde mental?
- 3.2. Quanto tempo trabalha no campo da saúde mental?
- 3.3. Quanto tempo trabalha no CAPS?
- 3.4. Quais as atividades que você realiza? (em grupo/individual)
- 3.5. Nesse CAPS há reuniões de equipe técnica? Quais são os desafios e sua importância?
- 3.6. Quais são as atribuições que você considera privativa do Serviço Social na equipe? Por quê? O que você considera como específico da profissão no campo da saúde mental.
- 3.7. Você já trabalhou no hospital psiquiátrico?
- 3.8. Para você o que diferencia a prática que você desenvolvia no hospital para a prática desempenhada no CAPS?

#### **4. Serviço Social e Reforma Psiquiátrica/SUS**

- 4.1. Para você o que dá sustentação e reconhecimento profissional no campo da saúde mental?
- 4.2. O que é interdisciplinaridade para você? Do que ela necessita para ocorrer?
- 4.3. Quais são os princípios norteadores da Reforma Psiquiátrica/SUS que você considera relevante para sua prática? Por quê?
- 4.4 Para você a reforma psiquiátrica modificou as relações profissionais? Por quê e de que forma?

#### **5. Política de Saúde Mental no município:**

- 5.1. Como você percebe a relação da política de saúde mental com as outras políticas públicas?
- 5.2. O Serviço CAPS mantém alguma relação em comum com o movimento da Luta Anti-manicomial? O que caracteriza essa relação?
- 5.3. Como os representantes do movimento da Luta Anti-manicomial têm participado na discussão sobre as modificações na diretriz da política de saúde mental do município?
- 5.4. Considerando que a Reforma Psiquiátrica tem sua base na construção de uma rede de serviços extra-hospitalares como você percebe a relação entre estes serviços aqui em Juiz de Fora?
- 5.5. Como é tratar a loucura no CAPS?
- 5.6. Como é a relação entre o CAPS e os outros serviços de saúde?
- 5.7. Para você é importante a permanência do Hospital Psiquiátrico no município? Por quê?
- 5.8. Quais os desafios e/ou dificuldades que você enfrenta no dia-a-dia para garantir os direitos dos portadores de transtorno mental. Para tal considere aspectos relacionados a:
  - estrutura, recursos, rede de serviços;
  - formação profissional;
  - localização geográfica (acessibilidade, preconceitos, etc)

## ANEXO I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento procura dar a você informações e pedir sua participação na pesquisa de Mestrado em Política Social do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica PUC-RJ, intitulada "Entre o passado e o presente: a prática profissional do Assistente Social no campo da Saúde Mental, a ser conduzida pela mestranda VALÉRIA DEBÓRTOLI DE CARVALHO QUEIROZ.

A pesquisa tem como objetivo compreender como se desenvolve a prática do Assistente Social no CAPS e no hospital psiquiátrico, após o processo de reforma psiquiátrica brasileira tendo como marco principal a promulgação da Lei nº 10.216/01. Este estudo toma-se importante pela carência de produção teórica vivenciada pelo Serviço Social no campo da Saúde Mental.

Essas informações serão obtidas através de uma entrevista semi-estruturada, com duração de mais ou menos 45 a 60 minutos e que será gravada, se for permitida pelos entrevistados. Uma segunda entrevista também poderá ser realizada se houver necessidade. Mas você será previamente informado.

Esta pesquisa não oferece qualquer risco para a sua relação social, profissional, familiar, sua segurança e nem para sua saúde. Mas como benefício, poderá contribuir para subsidiar a prática profissional do assistente social, propiciando em alguns casos um redirecionamento dos objetivos profissionais de acordo com os dados coletados.

Esclareço que as informações obtidas nesta pesquisa serão confidenciais e asseguro sigilo sobre seus dados pessoais. Ao término da pesquisa, você terá livre acesso aos seus resultados que serão socializados numa apresentação oral no departamento de saúde mental do município de Juiz de Fora.

Informo que uma cópia deste documento, devidamente assinada, ficará com o participante da pesquisa e outra com o pesquisador.

Como responsável pela pesquisa, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, no seguinte telefone: (32) 3231-3600 e no endereço eletrônico: [vdebortoli@hotmail.com](mailto:vdebortoli@hotmail.com). Além disso, a professora

Doutora Sueli Bulhões da Silva está disponível para redimir quaisquer dúvidas sobre este projeto nos seguintes telefones: (21) 3527-1290, (21) 3527-1982 no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e no endereço eletrônico: [zueli@terra.com.br](mailto:zueli@terra.com.br).

Declaro ter entendido os objetivos, condições e benefícios da pesquisa e concordo em participar.

---

Valéria Debórtoli de Carvalho Queiroz  
(pesquisadora)

---

Participante

Juiz de Fora, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

## ANEXO II

### Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001 (DOU 09/04/2001)

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtorno mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Antigo Projeto de Lei Paulo Delgado. O presidente da República. Faço Saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei.

**Art 1º** os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata essa Lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

**Art 2º** Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos enumerados no parágrafo único deste artigo.

**Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:**

I - ter acesso ao melhor tratamento do sistema de saúde, consentâneo às suas necessidades;

II - ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar a sua saúde, visando alcançar sua recuperação para inserção na família, no trabalho e na comunidade

III - ser protegida contra qualquer forma de abuso e exploração;

IV - ter garantia de sigilo nas informações prestadas;

V- ter direito à presença médica, em qualquer tempo, para esclarecer a necessidade ou não de sua hospitalização involuntária;

VI - ter livre acesso aos meios de comunicação disponíveis;

VII - receber o maior número de informações a respeito de sua doença e de seu tratamento;

VIII - ser tratada em ambiente terapêutico pelos meios menos invasivos possíveis;

IX – ser tratada, preferencialmente, em serviços comunitários de saúde mental.

**Art 3º** É responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental, a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais, com a devida participação da sociedade e da família, a qual será prestada em estabelecimento de saúde mental, assim entendidas as instituições ou unidades que ofereçam assistência em saúde aos portadores de transtornos mentais.

**Art 4º** A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

§ 1º o tratamento visará, como finalidade permanente, a reinserção social do paciente em seu meio.

§ 2º O tratamento em regime de internação será estruturado de forma a oferecer assistência integral à pessoa portadora de transtornos mentais, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

§ 3º é vedada a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares, ou seja, aquelas desprovidas dos recursos mencionados no § 2º e que não assegurem aos pacientes os direitos enumerados no parágrafo único do art. 2º.

**Art 5º** O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausências de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão da instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário.

**Art 6º** A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

Parágrafo único. São considerados os seguintes tipos de internação psiquiátrica:

I - internação voluntária: aquela que se dá com o consentimento do usuário;

II - internação involuntária: aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiros, e

III - internação compulsória: aquela determinada pela Justiça.

**Art 7º** A pessoa que solicita voluntariamente sua internação, ou que consente, deve assinar, no momento da admissão, uma declaração de que optou por esse regime de tratamento.

Parágrafo único. O término da internação voluntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.

**Art 8º** A internação voluntária ou involuntária somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina – CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.

§ 1º A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

§ 2º O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do familiar, ou responsável legal, ou quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento.

**Art 9º** A internação compulsória é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

**Art 10.** Evasão, transferência, acidente, intercorrência clínica grave falecimento serão comunicados pela direção do estabelecimento de saúde mental aos familiares, ou ao representante legal do paciente, bom como à autoridade sanitária responsável, no prazo máximo de vinte quatro horas da data da ocorrência.

**Art 11.** Pesquisas científicas para fins diagnósticos ou terapêuticos não poderão ser realizadas sem o consentimento expresso do paciente, ou de seu representante legal, e sem a devida comunicação aos conselhos profissionais competentes e ao Conselho Nacional de Saúde.

**Art 12.** O Conselho Nacional de Saúde, no âmbito de sua atuação, criará comissão nacional para acompanhar a implementação desta Lei.

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 06 de abril de 2001;  
180º da Independência e 113º da República.

Fernando Henrique Cardoso  
José Greogori, José Serra, Roberto Brant